

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO  
GROSSO  
CAMPUS VÁRZEA GRANDE  
DEPARTAMENTO DE ENSINO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

**KARINA MARCONDES COLET**

**A POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO DE MATO  
GROSSO**

**VÁRZEA GRANDE**

**2021**

**KARINA MARCONDES COLET**

**A POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO DE MATO  
GROSSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Urbano do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Várzea Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Urbano.

Orientador(a): Dr.<sup>a</sup> Louise Logsdon

**VÁRZEA GRANDE**

**2021**

### **Dados internacionais de catalogação na fonte**

M321a Marcondes Colet, Karina  
A Política Habitacional do Estado de Mato Grosso / Karina Marcondes Colet –  
Varzea Grande – MT, 2021.  
21 f. : il. color.

Orientador(a) Louise Logsdon  
TCC (Especialização). (Especialização em Desenvolvimento Urbano) – Instituto  
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Várzea  
Grande, 2021.  
Bibliografia incluída

1. Política Habitacional. 2. Programa Meu Lar. 3. Trajetória Institucional. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário(as): Leila Cimone Teodoro Marques (CRB1-2377)



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Campus Várzea Grande  
ATA Nº 48/2021 - VGD-ENS/VGD-DG/CVGD/RTR/IFMT

### ATA DE BANCA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Cidade, data e horário	Cuiabá, 14/09/2021, 19:00.	
Local	Campus Várzea Grande, link <a href="http://meet.google.com/ykk-xtdn-evt">http://meet.google.com/ykk-xtdn-evt</a>	
Discente	Karina Marcondes Colet	
Matrícula	2020113510440560	
Curso de pós-graduação	Especialização em Desenvolvimento Urbano (Lato Sensu)	
Tipo de Exame	DEFESA	
Título do trabalho	A POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	
<b>Membros da Banca Examinadora</b> (Informar na frente do nome caso seja participação remota)	<b>Instituição</b>	<b>Examinador</b>
Louise Logsdon	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Presidente
Fernanda Marques Caldeira	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Interno
Douglas Luciano Lopes Gallo	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	Externo
<b>PARECER DA BANCA EXAMINADORA</b>		
Concluídas as etapas de apresentação, arguição e avaliação do trabalho, a Banca Examinadora decidiu pela <b>APROVAÇÃO</b> da discente neste Exame. Foi concedido o prazo regulamentar do curso (de 30 dias) para que sejam efetuadas as correções sugeridas pela Banca Examinadora. Para constar, foi lavrada a presente Ata e assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.		
<b>Notas:</b> 1) O Presidente enviará esta ata à Secretaria do curso de Pós-Graduação com as assinaturas eletrônicas em até 48h; 2) Para assinar a ata pelo SUAP o Examinador Externo deve estar cadastrado no Módulo Administração - Prestador de Serviço; 3) O título de conclusão do discente será expedido após o discente cumprir todas as normativas do Curso e do IFMT.		

Documento assinado eletronicamente por:

- Louise Logsdon, PROFESSOR ENS BÁSICO TECN TECNOLÓGICO, em 14/09/2021 20:08:39.
- Fernanda Marques Caldeira, ADMINISTRADOR, em 14/09/2021 21:01:44.
- Douglas Luciano Lopes Gallo, Douglas Luciano Lopes Gallo - Membro de banca de pós-graduação - Instituto Federal de São Paulo (I), em 15/09/2021 08:40:18.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/08/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 230425  
Código de Autenticação: a559d21769



## A POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Karina Marcondes Colet<sup>1</sup>

### RESUMO

A política habitacional de Mato Grosso foi normativamente estruturada e alcançou intensa execução orçamentária no período de 2003 a 2011, tendo suas ações organizadas no eixo do programa de Governo Meu Lar. Verificou-se que a produção habitacional deste período possui poucos estudos acadêmicos, sendo de extrema relevância a sistematização de informações sobre ele para avaliar a produção habitacional do período, logo, este artigo tem o objetivo de analisar a produção habitacional de interesse social no período de 2003 a 2011 no estado de Mato Grosso realizado no âmbito do Programa Meu Lar. O desenvolvimento deste trabalho foi realizado através de revisão bibliográfica e análise de documentos setoriais das secretarias do Poder Executivo Estadual de Mato Grosso. Os resultados mostraram que foram trabalhados 13 subprogramas no âmbito do Programa Meu Lar no período de 2003 a 2011, sendo produzidas 60.812 unidades habitacionais urbanas, rurais e com o Bolsa Material de Construção. Em relação às tipologias das unidades habitacionais, foram executadas basicamente 3 tipologias que eram escolhidas e acabadas com base no orçamento disponível para o município. A produção de habitações urbanas recebeu a maior parte do orçamento estadual e a habitação rural não teve execução orçamentária a partir do ano de 2007.

**Palavras-chaves:** Política Habitacional. Programa Meu Lar. Trajetória Institucional.

### ABSTRACT/RESUMEN

*The housing policy of Mato Grosso was normatively structured and achieved intense budget execution in the period 2003 to 2011, with its actions organized in the axis of the Meu Lar government program. It was verified that the housing production of this period has few academic studies, being extremely relevant the systematization of information about it to evaluate the housing production of the period, therefore, this article aims to analyze the social interest housing production in the period 2003 to 2011 in the state of Mato Grosso carried out under the Meu Lar Program. The development of this work was carried out through literature review and analysis of sectoral documents from the secretariats of the Executive Power of the State of Mato Grosso. The results showed that 13 subprograms were worked under the Meu Lar Program in the period 2003 to 2011, with 60.812 urban and rural housing units being produced, and with the Building Material Grant. Regarding the typologies of the housing units, there were basically 3 typologies that were chosen and finished based on the budget available for the municipality. The production of urban housing received most of the state budget and rural housing had no budget execution from the year 2007 onwards.*

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Cuiabá (2007). Especialização em Direito Ambiental e Sustentabilidade pela UCAM (2009). Mestre em Engenharia de Edificações e Ambiental pela UFMT (2012). Analista de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo do Estado de Mato Grosso (2015-2021).

**Keywords:** *Housing Policy. Meu Lar Program. Institutional trajectory.*

## **INTRODUÇÃO**

O reconhecimento do direito à moradia com olhar de cidadania foi inicialmente tratado no âmbito internacional com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que estabeleceu no seu artigo 25 que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, moradia, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”, sendo o mesmo diferenciado de um problema econômico.

Depois, foi estabelecido em 1996 o Pacto Internacional de Direitos Econômicos e Sociais e Culturais (PIDES), sendo um tratado multilateral adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com objetivo de conferir obrigatoriedade aos compromissos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, esta declaração se consolidou através do Decreto nº. 591 de 1992 que reconheceu a obrigatoriedade de sua execução e cumprimento, e foi indicado na Constituição Federal Brasileira, em 1988, e na Constituição do Estado de Mato Grosso, em 1989 (MORAES et. al, 2016).

Anterior à Constituição do Estado de Mato Grosso, foi criada em 1965 a Companhia de Habitação Popular de Mato Grosso (COHAB-MT) com a finalidade de trabalhar a questão habitacional e o planejamento das suas soluções. A atuação da COHAB-MT perdurou até 1996, tendo sido mais longa do que a do próprio Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964 e extinto em 1986.

Em 2004, passados oito anos da extinção da COHAB-MT foi estruturada a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) juntamente com o Conselho Estadual de Habitação e Saneamento (CEHS), ficando a mesma subordinada à Política de Desenvolvimento Urbano do Estatuto da Cidade, promulgada em 2001.

No cenário nacional, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) foi criado em 2005, o que contribuiria com a cooperação entre as políticas habitacionais no âmbito nacional, estadual e municipal, evitando sobreposições e os vazios institucionais (FERREIRA et al., 2019).

Dessa forma, a configuração normativa destes instrumentos legais viabilizou o alinhamento de ações entre os três entes federativos, que foi prevista na Constituição Federal de forma descentralizada, garantindo uma lógica de atuação para trabalhar com a problemática habitacional.

E o foco deste trabalho está justamente neste período compreendido entre os anos de

2003 a 2011, quando há a ascensão de instrumentos normativos formatados para orientar as ações governamentais habitacionais. Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa analisar a produção habitacional do Estado de Mato Grosso no âmbito do Programa Meu Lar. Para isso, foi realizado um mapeamento e a caracterização dos subprogramas lançados neste período, com enfoque quantitativo.

A escolha por este tema se justifica pela baixa quantidade de pesquisas acadêmicas sobre a produção habitacional em Mato Grosso, em especial no período citado.

O recorte temporal se justifica por ser este o período de vigência do Programa Meu Lar, que abrigou 13 subprogramas habitacionais, sendo o mesmo iniciado antes da consolidação da PEHIS e se encerrando com a estruturação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

A pesquisa justifica-se pelo fato de que o direito a moradia se consolida em políticas públicas que precisam ser monitoradas para terem sua eficácia avaliada. Logo, a sistematização das informações sobre as ações geradas na execução de uma política habitacional possibilita a sua avaliação e formulação de novas ações governamentais, tanto para o aprimoramento de políticas quanto para a avaliação da eficácia dos recursos empregados.

Sendo assim, este trabalho se delimitou em mapear e analisar os programas habitacionais lançados no período de 2003 a 2011, a partir de revisão bibliográfica e análise de documentos setoriais das secretarias do Poder Executivo Estadual de Mato Grosso.

A metodologia utilizada neste trabalho foi estruturada da seguinte forma: levantamento de informações junto a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), pesquisa bibliográfica e de reportagens do período, análise das informações coletadas e apresentação dos resultados.

## **RESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NACIONAL A PARTIR DO ANO 2000**

A constitucionalização do direito à moradia em 1988 delegou a competência de programas de construções e melhorias habitacionais para os três entes: federal, estadual e municipal, possibilitando a descentralização do processo decisório e requerendo

estruturação da política para ser executada pelas três esferas de poderes.

Neste sentido, a moradia começou a ser tratada como um direito e não apenas um problema econômico, passando a ser abordada no conjunto de atributos que permitem acesso a infraestrutura urbanística e social (PENALVA; DUARTE, 2010).

No início da década de 1990, iniciou-se a passagem do “Estado desenvolvimentista” em direção ao “Estado social”. Enquanto o primeiro esteve comprometido com os investimentos que deram suporte à infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial, o segundo permaneceu identificado com as necessidades da população que passariam a ser entendidas legalmente como “direitos sociais” (PENALVA; DUARTE, 2010).

A publicação do Estatuto das Cidades, através da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, viabilizou a estruturação normativa da garantia do direito à moradia estabelecido pela Constituição Federal, pois as diretrizes gerais da política urbana incluíram o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Posteriormente a ele, foi criado o Ministério das Cidades em 2003, que contribuiu para ampliar a representatividade das questões habitacionais e a articulação com a política urbana e integração com as demais políticas sociais e ambientais no âmbito Federal (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

Dessa forma, a Política Nacional Habitacional foi estruturada com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) criado através de Lei nº 11.124 de 2005, que tramitou por 13 anos no Congresso Nacional até ser aprovada, e teve como princípio a integração das políticas habitacionais no âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social, sendo este inspirado no modelo do Sistema Unificado de Saúde (SUS) (FERREIRA et al., 2019).

Junto ao SNHIS foi criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CGFNHIS) para sustentar orçamentariamente a política habitacional, havendo a necessidade dos municípios e estados instituírem um Conselho Municipal de Habitação, um Fundo Municipal de Habitação e um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) (BUONFIGLIO, 2018).

A autora Buonfiglio (2018, p. 63) expõe que “Essa sobreposição das escalas geográficas e esferas administrativas na política pública traz, frequentemente, a percepção de uma desarticulação a ser superada entre os agentes dos supracitados níveis” e a criação do SNHIS foi uma proposta de estruturar este relacionamento entre eles para acessar

recursos federais para provisão habitacional.

No período compreendido entre os anos de 2001 a 2005 ocorreram significativas ações no âmbito Federal para estruturação de uma nova política habitacional, contrapondo a descontinuidade de ações significativas após a extinção do BNH.

Esta corrente para reconstrução de formas de provisão habitacional também aconteceu no Estado de Mato Grosso e será detalhada no próximo capítulo.

## **ESCALAS INSTITUCIONAIS DA POLÍTICA HABITACIONAL MATO-GROSSENSE A PARTIR DE 2000**

A política habitacional de Mato Grosso possui uma trajetória de dependência das políticas nacionais, tendo a criação da COHAB-MT vinculada ao BNH como uma grande ação pontual, mas que infelizmente não conseguiu atender as camadas mais pobres da população (SECID, 2012).

A produção habitacional da COHAB-MT foi de 36.076 unidades habitacionais no Estado e era o programa que permitia o acesso formal a moradia da população de menor renda. Apesar disso, boa parte da produção foi direcionada a Cuiabá e para a classe média com renda mensal de até cinco salários mínimos (CANAVARROS, 2019).

As unidades habitacionais da COHAB-MT possuíam área construída entre 15 a 60 m<sup>2</sup> com tipologias térreas, e programa arquitetônico com 1 a 3 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, sendo seus conjuntos localizados em áreas periféricas e desprovidos de qualquer identidade (CASTOR, 2007 apud LOGSDON et. al, 2019).

A COHAB-MT teve sua atuação vinculada à SINFRA a partir do ano de 1992, após a reestruturação administrativa das secretarias estaduais concretizada através da Lei Complementar nº 14.

Em 1996 a COHAB-MT foi extinta e todas as suas atribuições foram transferidas para a Coordenadoria de Política Habitacional da Secretaria de Estado de Infraestrutura-SINFRA, restando à administração do passivo das inadequações e irregularidades fundiárias e urbanísticas da produção da COHAB-MT para serem geridas (BARCELOS, 2011; CANAVARROS, 2019).

Após a extinção da COHAB-MT, a oferta de novas habitações passou a ser realizada pelos programas da Caixa Econômica Federal e por recursos dos próprios interessados. O período compreendido de 1995 a 2003 não teve atuação estadual

expressiva (BARCELOS, 2011).

No período de 1992 a 2010, as ações de elaboração e execução dos projetos técnicos de habitação popular eram trabalhadas na Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA, posteriormente, esta secretaria foi desmembrada entre a Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana (SETPU) que ficou com atuação na área rodoviária e a Secretaria das Cidades (SECID) que ficou com a atuação na área habitação e saneamento (SINFRA, 2021a).

A criação do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB) no ano de 2000 trouxe a possibilidade de uma configuração mais efetiva da política habitacional mato-grossense, pois tinha como objetivo inicial financiar o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de obras e serviços de transportes e habitação do estado, sendo o principal instrumento financeiro institucional para provimento habitacional no período. O FETHAB possuía um conselho que tinha como diretor executivo o Secretário de Estado de Infraestrutura (SECID, 2012).

No ano de 2003, o Governo do Estado de Mato Grosso estabeleceu parceria com a Caixa Econômica Federal e municípios para execução de programas habitacionais (SEFAZ, 2010), sendo lançado o programa de governo Meu Lar, que abrigou 13 subprogramas executados em diferentes períodos (GOVERNO MATO GROSSO, 2007).

Posterior à criação do FETHAB e o Programa Meu Lar, foi criado o Conselho Estadual de Habitação e Saneamento (CEHS), pela Lei Complementar nº 164 de 2004, com o objetivo de trabalhar o planejamento habitacional para definir a política de habitação popular do estado em conjunto com a política de saneamento.

No mesmo ano foi sancionada a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) de Mato Grosso, através da Lei nº 8.221 de 2004, visando orientar as ações dos órgãos e entidades governamentais componentes do Sistema Estadual de Habitação.

A PEHIS-MT estabeleceu a articulação do estado com os municípios e união, atendimento habitacional de área urbana e rural, atendimento preferencial a famílias de até dois salários mínimos e municípios com: déficit habitacional elevado, menores índices de desenvolvimento humano – IDH, maiores índices de criminalidade e população em maior vulnerabilidade social.

A política também estabelecia a utilização do orçamento estadual para elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, que só teve sua elaboração iniciada no ano de 2009 e finalizado com a aprovação do Conselho Estadual das Cidades - CEC

no ano de 2012.

No ano de 2007, o governo de Mato Grosso fez adesão ao SNHIS e, através da Lei nº 8.940 de 2008, criou o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS – MT) e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (CGFHIS – MT).

A configuração institucional prevista pelos instrumentos normativos desse período conduzia a uma política habitacional com maior sensibilidade social, diferente do que foi observado na COHAB-MT e na atuação do BNH que, segundo Azevedo e Andrade (2011), foi responsável por atenuar as desigualdades sociais.

Apesar do cenário positivo de estruturação normativa da política habitacional, a estruturação institucional era bastante incipiente, pois a maioria dos municípios do estado contava com população de até 20.000 habitantes, reduzido orçamento e baixa capacidade administrativa, restando aos Conselhos de Habitação o atributo institucional de trabalhar a problemática habitacional (ARRETCHE, 2007).

## **O PROGRAMA MEU LAR E OS SEUS SUBPROGRAMAS**

A produção habitacional de Mato Grosso no período de 2003 a 2011 esteve estruturada no eixo do Programa Habitacional Meu Lar, cujo objetivo era proporcionar moradia digna para famílias carentes e estava alinhada no eixo ‘Reduzir o número de Pessoas em Condição de Vulnerabilidade Social’ do Plano Plurianual (PPA) orçamentário (SEPLAG, 2003).

Este programa foi executado através de ações na Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS), que realizava a seleção de beneficiários e a Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA), que realizava construção das unidades habitacionais (SEFAZ, 2009; SECID, 2012).

O Programa Meu Lar foi executado em 13 subprogramas, sendo eles: Conjunto Fethab, Bolsa de Materiais para Construção (BMC), Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Casa Fácil, Morar Melhor, Meu Teto, Tô Feliz, Incra/Intermat, Lions, Associativo, Programa de Subsídio Habitacional (PSH), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) (SECID, 2012; GOVERNO MATO GROSSO, 2007).

Os subprogramas do Programa Meu Lar tiveram o início de sua execução em anos

diferentes, sendo verificado que os subprogramas Fethab e BMC tiveram maior tempo de execução em relação aos demais, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Início de execução dos subprogramas Meu Lar

Sub-programa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Fethab									
BMC									
PAR									
Incra/Intermat									
Morar Melhor									
Casa Fácil									
Lions									
Meu Teto									
Tô Feliz									
Associativo									
FNHIS									
PSH									
PMCMV									

Fonte: SUHABS, 2021; SECID, 2012

O Conjunto Fethab, BMC, Incra/Intermat e Lyons eram executados exclusivamente com recursos estaduais (GOVERNO MATO GROSSO, 2007). Os demais subprogramas eram custeados com apoio da Caixa Econômica Federal.

Quadro 2 – Dados comparativos dos subprogramas do Programa Meu Lar

SUB-PROGRAMA	ANO INICIO	RECURSOS	RENDA BENEFICIÁRIO	ÁREA U.H.	DESPESAS AO BENEFICIÁRIO
Fethab	2003	MT	2 S.M.	39,64 m <sup>2</sup>	NÃO
BMC	2003	MT	2 S.M.	39,64 m <sup>2</sup>	NÃO
PAR	2003	CEF	R\$ 1.800,00	-	SIM
Incra/Intermat	2003	MT	2 S.M.	39,64 m <sup>2</sup>	NÃO
Morar Melhor	2003	MT/CEF	2 S.M.	32 m <sup>2</sup>	SIM
Casa Fácil	2004	MT/CEF	-	32 m <sup>2</sup>	SIM
Lions	2005	MT	2 S.M.	-	-
Meu Teto	2006	MT/CEF	2 S.M.	24,12 m <sup>2</sup>	NÃO
Associativo	2007	MT	2 S.M.	-	-
Tô Feliz	2007	MT/CEF	2 S.M.	24,12 m <sup>2</sup>	NÃO
FNHIS	2007	CEF	3 S.M.	32 m <sup>2</sup>	-
PSH	2008	CEF	3 S.M.	32 m <sup>2</sup>	-
PMCMV	2009	CEF	3 S.M.	-	SIM

MT: GOVERNO MATO GROSSO; CEF: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; S.M.: SALÁRIO MÍNIMO; - INFORMAÇÃO NÃO ENCONTRADA

Fonte: Adaptado de SUHABS, 2021; SECID, 2012; GOVERNO MATO GROSSO, 2007

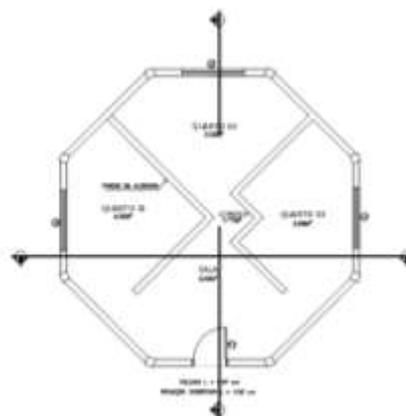
Ainda neste período, foi verificada a produção habitacional em áreas indígenas, denominada ‘Casa do Índio’, estando vinculada ao subprograma Fethab do Programa Meu Lar (SECID, 2012; SUHABS, 2021), Figura 1 e 2.

Figura 1 – Unidade habitacional Aldeia Nossa Senhora das Graças – General Carneiro



Fonte: SUHABS, 2021

Figura 2 – Planta Baixa Casa do Índio 44,07 m<sup>2</sup>



Fonte: SUHABS, 2021

As unidades habitacionais do Programa Meu Lar possuíam tipologias térreas com áreas que variavam entre 24,12 m<sup>2</sup>, 32 m<sup>2</sup> e 39,64 m<sup>2</sup> conforme plantas baixas indicadas nas Figuras 3, 4 e 5 (SUHABS,2021;BARCELOS,2011)

Figura 3 – Planta baixa unidade habitacional 24,12m<sup>2</sup>      Figura 4 – Planta baixa unidade habitacional 32 m<sup>2</sup>



Fonte: SUHABS, 2021



Fonte: SUHABS, 2021

Figura 5 – Planta baixa unidade habitacional 39,64m<sup>2</sup>

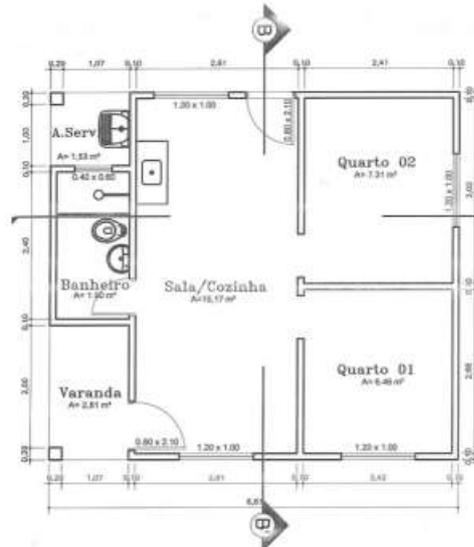


Figura 23 - Planta de 39,64 m<sup>2</sup> do Governo do Estado  
 Fonte: (MOYSES, 2010)

Fonte: Moyses, 2010 apud Barcelos, 2011

Segundo Barcelos (2011) a tipologia de 24,12 m<sup>2</sup> foi bastante utilizada em subprogramas com recursos do FGTS e era justificada pelo estado devido ao baixo recurso disponível, sendo que 2/3 do valor total da unidade era custeado pela Caixa Econômica Federal; 1/3 pelo governo de Mato Grosso; e o terreno, infraestrutura urbana e regularização fundiária ficavam a cargo da prefeitura do município.

A tipologia de 32 m<sup>2</sup> (Figura 6) era a evolução da planta de 24,12 m<sup>2</sup> com programa arquitetônico composto de sala, cozinha, banheiros, 2 quartos e espaço externo para tanque (SUHABS, 2021).

Figura 6 –Unidade habitacional 32,00 m<sup>2</sup> - Meu Lar – Alto Paraguai



Fonte: GOVERNO MATO GROSSO, 2006

A tipologia de 39,64 m<sup>2</sup> (Figura 7) foi a mais utilizada para os subprogramas que utilizaram recursos do FNHIS, sendo construída em lote individual e acabamento mínimo. Seu programa arquitetônico era composto de sala, cozinha, banheiros, 2 quartos e área de serviço (BARCELOS, 2011; SUHABS, 2021). Esta tipologia também foi utilizada nos subprogramas Fethab, BMC e Incra/Intermat.

Figura 7 –Unidade habitacional 39,64m<sup>2</sup> - Meu Lar - Rondonópolis



Fonte: GOVERNO MATO GROSSO, 2007

O Programa Meu Lar não normatizou diretrizes construtivas mínimas da unidade habitacional e o acabamento mínimo ficou condicionado à disponibilidade de recursos, conforme apontando por Barcelos (2011).

Os projetos foram executados nos municípios para os quais o governo do estado aplicou recursos em conjunto com o FGTS e Caixa, dentro do programa Garantia Caução. Estes recursos foram distribuídos conforme o tamanho da população do município, sendo que os maiores puderam executar plantas também maiores. Municípios menores, com menos recursos executaram as plantas com menor área construída e acabamento mínimo (BARCELOS, 2011 p. 57).

A indução da precarização do projeto das unidades habitacionais como verificado na época do BNH e estudado por Palermo (2009) apud Brandão et al. (2019) é um aspecto que pode ser observado sobre algumas das tipologias ofertadas no período do Programa Meu Lar que suprimiram do programa arquitetônico 1 quarto, o espaço da área de serviço e muitas vezes não foram entregues com acabamento mínimo na parte interna (reboco, piso, forro e pintura).

O subprograma Casa Fácil (Figura 8) também era conhecido como ‘Jet Casa’ e foi

realizado em parceria com a Fundação Nova Chance (FUNAC). Utilizou mão de obra de reeducandos do sistema penitenciário para montagem das peças pré-moldadas para fabricação das unidades habitacionais, sendo esta uma modalidade de atuação estabelecida na PEHIS de Mato Grosso e pelo decreto nº 1.110 de 2003 que estabelecia a instituição do Projeto Social Nova Chance como integrante do Programa Meu Lar.

Figura 8 – Galpão do Projeto Casa Fácil



Fonte: GOVERNO MATO GROSSO, 2004

Este subprograma é bastante emblemático para o período, pois contou com a introdução da mão de obra de reeducandos e sistema pré-fabricado na produção de unidades habitacionais, trazendo inovação social e tecnológica no provimento habitacional.

O processo de seleção dos beneficiários era feita através de sorteio, devendo os mesmos estar enquadrados nos seguintes critérios: renda familiar de até dois salários mínimos, ser residente no município e não ter sido beneficiado em nenhum outro programa habitacional, também foi estruturada o grupo prioritário a ser beneficiado composto pelas mulheres chefes de família, idosos e pessoas com deficiência (GOVERNO MATO GROSSO, 2007).

A seleção dos beneficiários contava com o apoio das prefeituras, instituições sociais (Lyons, Rotary, Maçonaria e Igreja) e Comissões Municipais de Habitação (GOVERNO MATO GROSSO, 2007).

O Programa Meu Lar no período de 2003 a 2010 produziu 60.812 unidades habitacionais em todo o estado, segundo dados do Relatório do Diagnóstico Habitacional

de Mato Grosso, que foi produzido por uma consultoria contratada pela SECID em 2011 para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Mato Grosso. Cabe ressaltar, no entanto, que este documento não contempla dados do ano de 2011.

O subprograma PAR produziu 14.020 unidades habitacionais, sendo o maior quantitativo do período, porém sua atuação ficou concentrada em 4 municípios, enquanto que os conjuntos do FETHAB produziram 9.880 unidades habitacionais e atenderam 128 municípios. O subprograma BMC que previa a doação de kit de material de construção atendeu 5.155 beneficiários em 112 municípios do estado, Tabela 1.

Tabela 1 – Produção habitacional de cada subprograma

<b>PROGRAMA</b>	<b>QUANT. UH</b>	<b>QUANT. MUNICÍPIOS</b>
Associativo	1.858	3
BMC	5.155	112
Casa Fácil	1.632	30
CM*	4	4
FETHAB	9.880	128
FNHIS	2.106	27
Intermat / Incra	6.466	28
Lions	64	1
MCMV	6.642	53
Meu Teto	2.189	8
Morar Melhor	1.866	33
PAR	14.020	4
PSH	2.970	43
Tô Feliz	5.960	64
<b>TOTAL</b>	<b>60.812</b>	

\*CM: não identificado

Fonte: Adaptado de SECID, 2012

Após a compilação dos dados do Relatório do Diagnóstico Habitacional de Mato Grosso verificou-se uma divergência na somatória de 40 unidades, sendo considerado o valor de 60.812 unidades habitacionais, conforme exposto na Tabela 1.

Ainda sobre estes dados, o relatório apresenta a relação com base no ano de início da obra e não relaciona com o ano de conclusão ou entrega da obra, impossibilitando confirmar se a mesma foi realmente concluída com o quantitativo de unidades

habitacionais previstas no projeto.

Os dados da produção habitacional do Programa Meu Lar apresentam uma considerável divergência nas diferentes fontes de informações deste trabalho, que são: o Relatório de Diagnóstico Habitacional da SECID, o Plano Plurianual (PPA) que rege o planejamento orçamentário estadual e o Relatório de Ação Governamental (RAG) que avalia o quanto foi executado do PPA.

O quantitativo de unidades habitacionais indicadas no Relatório de Diagnóstico Habitacional se apresenta superior ao quantitativo planejado no orçamento estadual (PPA) e no que foi realmente executado (RAG), conforme apresentado na Tabela 2. Os anos de 2003 e 2011 ficaram descobertos de ambas as fontes pesquisadas, pois o PPA e RAG apresentam registros a partir do ano de 2004.

Tabela 2 - Quantitativo de unidades habitacionais produzidas em Mato Grosso no período de 2003 a 2011

<b>ANO</b>	<b>RELATÓRIO DIAGNÓSTICO HABITACIONAL MATO GROSSO</b>	<b>PLANO PLURIANUAL - PPA</b>	<b>RELATÓRIO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG</b>
2003	7.902	-	
2004	17.194	11.927	7.682
2005	2.029	8.028	8.644
2006	3.837	6.335	3.068
2007	8.583	4.700	4.515
2008	7.283	5.551	6.336
2009	9.019	9.411	9.007
2010	4.965	9.479	4.865
2011	-	6.513	8.461
<b>TOTAL</b>	<b>60.812</b>	<b>61.944</b>	<b>52.578</b>

Fonte: Adaptado de SECID, 2012; SEPLAG, 2004-2011

Comparando a produção habitacional sistematizada entre as doze regiões de planejamento do estado de Mato Grosso, que são definidas pela Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAG) com a projeção do déficit habitacional de 2009 e 2013 estimado no próprio Relatório do Diagnóstico Habitacional de Mato Grosso da SECID, verifica-se

que a produção habitacional do período de 2003 a 2010 foi superior à projeção do déficit habitacional para o ano de 2009 nas regiões de planejamento V – Rondonópolis, VI – Cuiabá, e X- Sorriso, Tabela 3.

A quantidade de unidades habitacionais produzida no período de 2003 a 2010, quando comparada ao déficit projetado para o ano de 2009, indica um saldo de 14.544 unidades na região de planejamento VI – Cuiabá.

As regiões de planejamento que receberam a maior parte das unidades habitacionais possuem a maior população, a maior taxa de urbanização, o maior índice de desenvolvimento humano e também a maior participação no Produto Interno Bruto - PIB do estado, Tabela 3.

Tabela 3 – Entregas habitacionais, projeção o déficit e dados socioeconômicos

REGIÃO DE PLANEJAMENTO MT	QUANT. U.H. (2003/2010)	DÉFICIT PROJETADO PARA 2009	SALDO ≠ ENTREGAS E DÉFICIT 2009	População Total (2010)	% Taxa de Urbanização (2010)	IDHM (2010)	Part. (%) RP no PIB MT 2014
RP I – Juína	1.392	22.062	20.670	122.311	63,30	0,662	2,1
RP II – Alta Floresta	3.155	14.251	11.096	246.259	67,30	0,691	5,1
RP III – Vila Rica	1.817	13.695	11.878	103.357	58,30	0,667	2,1
RP IV – Barra do Garças	3.120	12.425	9.305	189.346	73,50	0,699	5,8
RP V – Rondonópolis	11.755	11.599	-156	457.716	87,00	0,73	19,3
RP VI – Cuiabá	23.247	9.104	-14.143	944.163	92,50	0,752	28,7
RP VII – Cáceres	5.574	7.064	1.490	309.442	75,00	0,698	8,3
RP VIII – Tangará da Serra	2.325	6.602	4.277	190.836	85,80	0,712	6,6
RP IX – Diamantino	1.535	5.121	3.586	73.824	75,60	0,69	3,0
RP X – Sorriso	3.653	3.473	-180	167.008	84,60	0,75	11,3
RP XI – Juara	876	3.224	2.348	51.921	69,00	0,684	1,2
RP XII – Sinop	2.363	2.532	169	178.939	78,30	0,73	6,4

Fonte: Adaptado de SECID, 2012 e SEPLAG, 2017

Esta conjuntura da produção habitacional estadual também foi analisada por Canavarros (2019) no âmbito do programa PAR e PMCMV que verificou a produção

habitacional no município de Várzea Grande superior ao déficit habitacional levantado.

Apesar dos dados da projeção do déficit e produção habitacional não estarem sistematizados por faixas de renda atendidas, sabe-se que o Programa Meu Lar tinha como propósito atender prioritariamente famílias com rendimento mensal de até 2 salários mínimos, sendo que o subprograma FETHAB e BMC atenderam exclusivamente a população desta faixa de renda.

No planejamento orçamentário estadual as ações quantitativas de habitação de interesse social são divididas entre habitações urbanas, rurais e BMC, sendo verificado que no período de 2004 a 2011 foram gastos R\$ 374.016.404,32, estando concentrada a maior parte dos recursos em habitação urbana com R\$ 352.343.937,83, conforme Tabela 4.

Verificaram-se também, a partir dos dados da Tabela 4, que os investimentos dos anos de 2004 e 2005 são os maiores em relação aos demais anos do período estudado. A área de habitação rural não realizou nenhum gasto no período de 2007 a 2011, e o orçamento gasto do BMC sofreu forte redução a partir do ano de 2006.

Tabela 4 – Orçamento realizado nas ações de habitação

<b>ANO</b>	<b>HABITAÇÃO URBANA</b>	<b>HABITAÇÃO RURAL</b>	<b>BMC</b>	<b>TOTAL</b>
2003	-	-	-	
2004	R\$ 60.564.868,74	R\$ 65.330,00	R\$ 11.182.866,49	R\$ 71.813.065,23
2005	R\$ 86.284.945,00	R\$ 16.550,00	R\$ 4.091.660,00	R\$ 90.393.155,00
2006	R\$ 48.840.731,00	R\$ 900,00	R\$ 2.721.860,00	R\$ 51.563.491,00
2007	R\$ 15.571.410,10	R\$ 0,00	R\$ 1.499.000,00	R\$ 17.070.410,10
2008	R\$ 29.123.025,04	R\$ 0,00	R\$ 1.278.000,00	R\$ 30.401.025,04
2009	R\$ 57.517.230,00	R\$ 0,00	R\$ 360.000,00	R\$ 57.877.230,00
2010	R\$ 32.060.679,15	R\$ 0,00	R\$ 382.500,00	R\$ 32.443.179,15
2011	R\$ 22.381.048,80	R\$ 0,00	R\$ 73.800,00	R\$ 22.454.848,80
<b>TOTAL</b>	<b>RS 352.343.937,83</b>	<b>RS 82.780,00</b>	<b>RS 21.589.686,49</b>	<b>RS 374.016.404,32</b>

Fonte: Adaptado de SEPLAG, 2004-2011

O Programa Meu Lar produziu, em oito anos de existência, 60.812 unidades pela ótica do Relatório do Diagnóstico Habitacional de Mato Grosso (2003 a 2010) e 52.578 unidades habitacionais pelo RAG (2004 a 2011), e atendeu a todos os municípios de Mato Grosso.

A produção do Meu Lar é significativa quando comparada com a COHAB-MT que

produziu 36.076 unidades habitacionais em 34 municípios do estado e em 32 anos de existência (CANAVARROS, 2019).

Cabe ressaltar, no entanto, que a maior parte dos investimentos habitacionais do Programa Meu Lar ficou concentrada em regiões de planejamento com maior população, maior taxa de urbanização, maior IDH e maior PIB do estado, contrapondo as diretrizes da PEHIS.

Os arranjos operacionais do Programa Meu Lar, através de seus subprogramas, não tiveram convergência com um acompanhamento sistematizado do déficit habitacional, estando esta ação prevista na PEHIS através de um sistema estadual de informações habitacionais.

O desembolso orçamentário estadual foi maior nos primeiros anos após a criação do FETHAB, Conselho Estadual de Habitação e PEHIS, sendo este despendido majoritariamente para unidades habitacionais localizadas na área urbana.

O subprograma Fethab teve maior abrangência no estado, pois atendeu 90% dos municípios utilizando apenas recursos estaduais e com a unidade habitacional de 39,64 m<sup>2</sup>, sendo a maior metragem utilizada no Programa Meu Lar.

Neste período, segundo Canavarros (2019) é verificado no estado um aumento significativo no mercado da construção civil e do mercado imobiliário, sendo criadas empresas incipientes durante o período do PAR e depois altamente estruturadas no segmento de interesse social para atuar no PMCMV.

A execução de habitação rural ficou bastante enfraquecida a partir do ano de 2007, pois não realizou nenhum gasto orçamentário. Apesar disso, sua atuação envolveu aldeias indígenas.

A execução orçamentária do BMC sofreu redução no decorrer do período estudado, porém não deixou de ser trabalhado em todos os anos, sendo um subprograma que teve uma produção relevante.

Sobre o sistema de produção, o subprograma Casa Fácil diversificou a sua produção com a inclusão de mão de obra de reeducandos do sistema prisional e com a instrução do sistema pré-moldado na produção habitacional de interesse social do estado.

Apesar da produção habitacional deste período atender cerca de 60.000 famílias, os subprogramas utilizaram basicamente 3 tipologias de plantas no período com baixa inovação projetual das unidades habitacionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho foi possível sistematizar informações relevantes à caracterização da produção habitacional do período de 2003 a 2011 no estado de Mato Grosso.

A produção habitacional do período movimentou o valor de R\$ 374.016.404,32 do orçamento estadual e entregou um número de unidades habitacionais superior a COHAB-MT, porém foram verificadas divergências nas informações sobre o quantitativo de unidades habitacionais produzidas.

Apesar de a moradia entrar na agenda política brasileira e mato-grossense, a qualidade arquitetônica do projeto da unidade habitacional foi pouco priorizada. Na produção de mais de 50.000 unidades habitacionais no estado, foram replicadas três tipologias arquitetônicas.

A parametrização dos elementos construtivos mínimos dos projetos habitacionais estaduais é uma ação relevante a ser considerada na revisão da PEHIS, associada a estudos técnicos de custos, de acordo com as regiões do estado e diretrizes urbanas desenvolvidas pelo planejamento urbano.

A PEHIS considerou perspectivas de atendimento prioritário a municípios de menor porte e beneficiários com rendimento de até 2 salários mínimos. Após a criação do Conselho Estadual da Habitação e Saneamento, que posteriormente se transformou no Conselho Estadual das Cidades, permitiu uma composição representativa de variados segmentos da sociedade trazendo maior participação social para as decisões habitacionais.

Deste modo a política habitacional de Mato Grosso neste período estudado apresentou forte engajamento institucional para promover a produção das unidades habitacionais, aliado ao avanço da política urbana nacional, porém em relação às questões de monitoramento da produção, planejamento habitacional e qualidade do ambiente construído não apresentou proporcional desenvoltura.

Sugere-se que trabalhos futuros possam contemplar estudos qualitativos dos subprogramas do Programa Meu Lar para avaliar o impacto destas ações visando fundamentar futuras ações governamentais.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Capacidades Administrativas, Déficit e efetividade na política habitacional. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação/ Centro de Estudos da Metrópole/ CEBRAP, 2007.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L.A.G. Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p.

BARCELOS, K. A. Método para avaliação de projetos de habitação social: mobiliamento, espaciosidade e funcionalidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Edificações em Ambiental) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2011.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. Análise da política urbana habitacional brasileira da última década. Florianópolis: Geosul, v. 33, n. 67, p. 61-90, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2018v33n67p61>. Acesso em: 4 mar. 2021

CANAVARROS, Andrea Figueiredo Arruda. A norma e a forma: padronagem e dispersão na produção habitacional. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, Natal: 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1601> . Acesso em: 15 jul. 2021

BRANDÃO, Douglas Q.; LOGSDON, Louise; GALLO, Douglas L. L.. Habitação Social em Cuiabá-MT: A Influência da Produção Habitacional na Expansão Urbana do Município. In: PASQUOTTO, Geise Brizotti e GULINELLI, Érica Lemos (org.). *Desenho Urbano*. 1 ed. Tupã: ANAP, 2019.

FERREIRA, G. G. et al. Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. A urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/jmR7Y6NdPqRwZf3PgQsVNjN/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

GOVERNO MATO GROSSO. Resultados da gestão 2003 – 2006. Central do Texto. Cuiabá – MT, 2007. ISBN 9788588696532. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/41325919/15-2-2007-165821-governo-do-estado-de-mato-grosso>. Acesso em: 03. Jul. 2021.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010b. 96 p. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/media/doc/biblioteca/SNH010.pdf> .Acesso em 28 jun. 2021.

PENALVA, Angela Moulin S.; DUARTE, Sandro Marino. Política Habitacional no Brasil: Uma Nova Abordagem para um Velho Problema. In: Revista da Faculdade de Direito da UERJ. nº 18. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1375/1165>. Acesso em 15 jun. 2021.

SECID. Diagnóstico do Setor Habitacional - Plano Estadual de Habitação de Interesse Social. Cuiabá, 2012.

SEFAZ. Programa de Habitação de Mato Grosso é considerado o maior do país. 02 Mar. 2009. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/programa-de-habitacao-de-mato-grosso-e-considerado-o-maior-do-pais>. Acesso: 02 mai. 2021.

SEFAZ. Parceria com Caixa Econômica Federal propicia construção de mais 4.137 casas em MT. 30 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/parceria-com-caixa-economica-federal-propicia-construcao-de-mais-4-137-casas-em-mt>. Acesso em: 05 fev. 2021.

SEPLAG. Plano Plurianual de Mato Grosso: Período de 2004 a 2007. Cuiabá, 2003. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/7826422/ppa2004-2007.pdf/559a6aac-0a4e-4cea-83fe-f0e3a9fd13f9>. Acesso: 02 mai. 2021.

SEPLAG. Plano Plurianual de Mato Grosso: Período de 2008 a 2011. Cuiabá, 2010. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/7826422/ppa2004-2007.pdf/559a6aac-0a4e-4cea-83fe-f0e3a9fd13f9>. Acesso: 02 mai. 2021.

SEPLAG. Relatório de Ação Governamental - 2004. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899428-relatorio-da-acao-governamental-2004>. Acesso em: 02 mai. 2021.

SEPLAG. Relatório de Ação Governamental - 2005. Disponível em: [http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899392-relatorio-da-acao-governamental-2005?ciclo=cv\\_planejamento](http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899392-relatorio-da-acao-governamental-2005?ciclo=cv_planejamento). Acesso em: 02 mai. 2021.

SEPLAG. Relatório de Ação Governamental - 2006. Disponível em: [http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899356-relatorio-da-acao-governamental-2006?ciclo=cv\\_planejamento](http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899356-relatorio-da-acao-governamental-2006?ciclo=cv_planejamento). Acesso em: 02 mai. 2021.

SEPLAG. Relatório de Ação Governamental - 2007. Disponível em: [http://www.seplan.mt.gov.br/-/7929179-relatorio-da-acao-governamental-2007?ciclo=cv\\_planejamento](http://www.seplan.mt.gov.br/-/7929179-relatorio-da-acao-governamental-2007?ciclo=cv_planejamento). Acesso em: 02 mai. 2021.

SEPLAG. Relatório de Ação Governamental - 2008. Disponível em: [http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899340-relatorio-da-acao-governamental-2008?ciclo=cv\\_planejamento](http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899340-relatorio-da-acao-governamental-2008?ciclo=cv_planejamento). Acesso em: 02 mai. 2021.

SEPLAG. Relatório de Ação Governamental - 2009. Disponível em: [http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899324-relatorio-da-acao-governamental-2009?ciclo=cv\\_planejamento](http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899324-relatorio-da-acao-governamental-2009?ciclo=cv_planejamento). Acesso em: 02 mai. 2021.

SEPLAG. Relatório de Ação Governamental - 2010. Disponível em: [http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899308-relatorio-da-acao-governamental-2010?ciclo=cv\\_planejamento](http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899308-relatorio-da-acao-governamental-2010?ciclo=cv_planejamento). Acesso em: 02 mai. 2021.

SEPLAG. Relatório de Ação Governamental - 2011. Disponível em: [http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899292-relatorio-da-acao-governamental-2011?ciclo=cv\\_planejamento](http://www.seplan.mt.gov.br/-/3899292-relatorio-da-acao-governamental-2011?ciclo=cv_planejamento). Acesso em: 02 mai. 2021

SEPLAG. Regiões de Planejamento de Mato Grosso: 2017, Cuiabá, 2017. Disponível em: [http://www.seplan.mt.gov.br/-/4809749-perfil-das-regioes-de-planejamento?ciclo=cv\\_gestao\\_inf](http://www.seplan.mt.gov.br/-/4809749-perfil-das-regioes-de-planejamento?ciclo=cv_gestao_inf) . Acesso em 10 jun. 2021.

SINFRA. SINFRA: 70 anos de história de trabalho por Mato Grosso. Disponível em: <http://www.sinfra.mt.gov.br/historia>, 2021. Acesso em: 03 fev. 2021.

SUHABS. Superintendência de Habitação, Saneamento, Mobilidade e Acessibilidade Ofício 006/2021/SUHABS/SACID/SINFRA, de 15 de março de 2021, 2021 Assunto: Informações sobre os Programas Habitacionais do Governo do Estado de MT.